

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE
FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS
ANO 2017**

Data	13/03/2017 Horário: 10h30m.
Local	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
Participantes	<p><u>Bancada do Governo:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Marcelo Jorge Borges Pinheiro b) Eduardo Sérgio Carlos Castelo</p>
	<p><u>Bancada dos Servidores:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Ana Lúcia Oliveira Viana b) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira c) Marta Cristina Jucá Policarpo</p> <p>Suplentes:</p> <p>a) Amanda Maia de Oliveira b) Francisco Jair Moreira Caetano</p>
	<p><u>Secretária Executiva da Mesa:</u></p> <p>a) Fabíola Farias Vasconcelos</p>
	<p><u>Representantes da SEPOG:</u></p> <p>a) PhilipeTheophilo Nottingham – Secretário. b) Noeme Milfont Magalhães – Coord. de Gestão Estrat. de Pessoas. c) Samarkandra Maria de Alencar Bandeira – Ger. da Célula de Gest. de Planos C.C. Salários. d) Juliana Sales Cordeiro – Articuladora.</p>
	<p><u>Representante do IPLANFOR</u></p> <p>a) Rodrigo Antônio Pordeus do Nascimento</p>

Pauta da Reunião

- Apresentação da proposta oficial da Gestão para o incremento salarial da categoria.

Ata da Reunião

1. Aberta a reunião, o Secretário da SEPOG, Philipe Nottingham, informou que foi realizada uma reunião entre ele, o Superintendente da AGEFIS, Marcelo Pinheiro, o presidente do Instituto de Planejamento do Município, Eudoro Santana, e o Prefeito Roberto Cláudio para tratar sobre os detalhes da negociação com a categoria. Na reunião, foram firmados os seguintes pontos:
 - a) O Prefeito vai manter o compromisso de reformar o PCCS da categoria e concordou com os arcos gerais do projeto. Foi informado que os impactos financeiros do incremento salarial proposto, no valor de R\$ 1.500,00, devem ser diluídos em três parcelas no valor de R\$ 500,00, a serem pagas em 2018, 2019 e 2020, respeitados os devidos reajustes anuais. O Secretário informou, ainda, que, no momento, qualquer impacto financeiro em folha está suspenso, por conta dos altos riscos decorrentes da crise econômica vivida por todo o país, e que a prioridade da Gestão tem sido pagar a folha dos servidores em dia. Porém, afirmou que a proposta pode ser reexaminada em momento posterior, a depender da conjuntura que a Prefeitura esteja vivendo. A forma de diluição do incremento financeiro será prevista no projeto de lei a ser enviado para aprovação na Câmara Municipal ainda este ano.
 - b) O Prefeito concorda que a Mesa discuta a mudança de nomenclatura da categoria, desde que não utilize “Auditor Fiscal de Atividades Urbanas”, porque o trabalho desenvolvido pelos fiscais não é de auditoria, e sim de fiscalização. Foi informado que a Procuradoria Geral do Município se pronunciou no sentido de que a utilização do termo “Auditor” pode, futuramente, gerar a judicialização de reivindicações dos fiscais por equiparação salarial da categoria com os auditores municipais da SEFIN, situação que precisa ser evitada.
2. Passada a palavra à Presidência da AFIM, a Sra. Ana Lúcia Viana assim se manifestou:
 - a) Esteve em reunião com o Secretário Philipe Nottingham no final do ano passado e já estava ciente da preocupação com a crise financeira e também da dificuldade que seria discutir incremento salarial este ano, mas que acredita que o impacto do incremento proposto à categoria na folha não seria tão significativo.
 - b) A AFIM tem estado presente em ações da Prefeitura (“De olho na agenda do Prefeito”), com cartazes, faixas e camisas, buscando um diálogo mais próximo com o Prefeito Roberto Cláudio. Em uma dessas ocasiões, na semana passada, falou com o Prefeito, que se comprometeu a realizar reunião com a categoria, a ser agendada por intermédio do Secretário Philipe Nottingham e do Superintendente Marcelo Pinheiro.
 - c) Questionou se a proposta de diluição do incremento salarial entre os anos de 2018 a 2020 não traz nenhum benefício para a categoria, como, por exemplo, um aumento do valor do incremento (além dos devidos reajustes anuais). Questionou, também, se a primeira parcela da proposta da gestão, no valor de R\$ 500,00, não poderia ser repassada ainda no segundo semestre de 2017, uma vez que a categoria está há muitos anos aguardando e discutindo esse reajuste. Afirmou que entende que o impacto desse repasse inicial não seria muito grande para a Gestão.
 - d) Cobrou da Gestão a realização do seminário para apresentação da proposta do novo PCCS para a categoria, com simulação dos valores a serem incrementados. Reforçou que foi um compromisso firmado pela Gestão em reuniões anteriores e que se faz extremamente necessário.
 - e) Quanto à nomenclatura, afirmou que a categoria já comprovou que o termo “Auditor” cabe à atividade desenvolvida pelos fiscais e lamentou o entendimento do Prefeito.

- f) Afirmou que entende a pressão que a Gestão sofre por parte de outras categorias e o impacto negativo que um reajuste sendo dado a uma única categoria poderia gerar.
 - g) Explicou que o novo PCCS é uma atitude muito significativa da Gestão nesse momento de integração completa da AGEFIS, que há 20 anos luta por melhoria salarial e de condições de trabalho e que o advento da AGEFIS deu esperança à categoria, porém destacou dois problemas: lentidão nas negociações e desrespeito à categoria. Desse modo, afirmou que a categoria espera uma compensação.
 - h) Também questionou a situação atual da Licença Prêmio, cujo gozo está admitido temporariamente apenas aos servidores que dão entrada na aposentadoria. Afirmou que a AFIM representa toda a categoria, inclusive os fiscais aposentados.
3. Em complemento, o membro da Bancada dos Servidores, Sr. Haroldo Vieira, ressaltou a defasagem da remuneração da categoria, conforme se constatou por meio de diversos estudos e pesquisas realizadas, e que a demora na conclusão das negociações acaba por intensificar essa defasagem. Reafirmou que algo precisa ser oferecido à categoria de imediato, como ato compensatório, para justificar esse parcelamento até 2020. Trouxe também à baila a proposta anterior da Gestão de oferecer uma gratificação no valor de R\$ 300,00, assunto que foi razão de desentendimento dentro da categoria, que acabou abrindo mão na expectativa de uma melhoria salarial concreta e que agora está de “mãos vazias”. Demonstrou preocupação acerca de como a diretoria da AFIM irá se posicionar diante dos servidores que queriam a gratificação e agora não têm nada. Por fim, afirmou que a categoria já cedeu muito, que a diretoria da AFIM vem negociando e acompanhando a situação, mas a pressão da categoria tem sido intensa; por isso, acredita que a categoria só irá aceitar a proposta se algo for oferecido de imediato.
 4. Também em manifestação pela Bancada dos Servidores, a Sra. Marta Jucá asseverou não saber mais como manter um diálogo quando todos os acordos e compromissos anteriormente fixados estão sendo descumpridos, visto que se cria na categoria uma expectativa e não se sabe se vai existir uma contrapartida. Ressaltou, ainda, que o Superintendente Marcelo Pinheiro tem em suas mãos um problema, porque a AGEFIS não vai avançar sem uma categoria motivada. Afirmou que essa proposta é prova de que a Gestão não acredita no potencial dos fiscais, fazendo com que a AGEFIS se torne um problema crescente para a Gestão, e que dois anos era tempo suficiente para a AGEFIS estar em pleno funcionamento, e não apenas com o protocolo de Resíduos Sólidos. Por fim, afirmou que conhece o potencial real de arrecadação a partir do trabalho da AGEFIS e que se frustra em ver isso ser estancado e parado pela Gestão. Lamentou que os maiores impactos sejam sofridos pelo lado mais fracos da situação.
 5. Da mesma forma, o membro suplente da Bancada dos Servidores, Sr. Jair Caetano, complementou afirmando que sempre acreditou no Secretário Philippe Nottingham e que sempre o defendeu, e que está decepcionado por perceber que os acordos firmados depois de dois anos de negociação não estão sendo cumpridos.
 6. Por fim, a Sra. Amanda Maia, também membro suplente da Bancada dos Servidores, afirmou sentir uma grande decepção e questionou sobre os demais pontos da discussão: nova tabela; abono; produtividade.

7. Após ouvir as manifestações da Bancada dos Servidores, o Secretário Philipe Nottingham fez as seguintes considerações:
 - a) A Gestão não está em uma posição confortável. O processo foi desenhado desde o início na intenção de que fosse concretizado nos moldes em que estava sendo proposto. Os gestores à frente das negociações acreditavam que seria possível, ajustando o impacto e economizando em outras fontes. Essa era a expectativa.
 - b) Os gestores levaram ao Prefeito argumentos em defesa da categoria e a conclusão foi a de que não era possível assumir o impacto financeiro do incremento total de imediato (no valor de R\$ 1.500,00 por fiscal). Apesar da frustração demonstrada pelos membros da Mesa, é importante levar adiante o processo, pois ainda existe a expectativa de, futuramente, se fazer uma correção de rumo. A proposta não foi perdida, apenas adiada.
 - c) A crise é real e concreta, a Prefeitura não pode fugir dela. O Prefeito tem uma visão superior e mais ampla da situação e sofre inúmeras pressões de diversas outras áreas além da fiscalização. O momento é muito mais grave do que o que está exposto e o Prefeito é cauteloso em não se envolver em problemas mais sérios. A Prefeitura está em contenção de despesas e também em busca de novas receitas.
 - d) É importante a categoria ter em mente que o único ganho proporcionado pelo novo PCCS não é o financeiro. Além disso, com a reforma da tabela salarial, há incremento na insalubridade, na progressão, no ITA. Esses incrementos não constam no cálculo do impacto, pois não se trata de impacto imediato, mas progressivo, então não foi calculado ainda.
8. Em seguida, o Superintendente Marcelo Pinheiro fez suas considerações, afirmando que o Prefeito firmou compromisso no início da nova Gestão no sentido de que a prioridade era pagar os servidores rigorosamente em dia. Explanou a situação de recessão vivida por outras capitais do país, algumas que não estão conseguindo sequer honrar a folha de pagamento, e afirmou que a intenção da Gestão era honrar plenamente com os compromissos propostos a princípio. Destacou a importância do papel da AFIM para a AGEFIS e ressaltou que até julho todos os fiscais estarão integrados à Agência, seguindo calendário aprovado pelo Conselho Superior no mês de fevereiro de 2017.
9. Por fim, o representante do IPLANFOR, Sr. Rodrigo Pordeus, também se posicionou, afirmando que também se indigna com a situação, mas não dirige sua indignação contra quem está tentando manter a situação sob controle. Concordou que os maiores impactos são sofridos pelo lado mais fracos da situação: terceirizados e motoristas que foram demitidos; famílias inteiras que perderam suas rendas. Ressaltou que, além disso, o desemprego gera inúmeros impactos negativos na economia. Afirmou que acredita que a economia vai se recuperar; logo, a categoria ter um acordo que ofereça benefícios não imediatos, mas uma proposta com futuro, para quando a economia voltar a crescer, é muito positivo, e a categoria não deve perder a oportunidade.
10. O Secretário Philipe Nottingham, então, propôs que se avance na negociação, agendando reunião com o Prefeito Roberto Cláudio para apresentar a ele a contraproposta da Bancada dos Servidores.
11. Logo seja definida a data da nova reunião da Mesa, será feita a comunicação por parte da Secretaria Executiva.

Encaminhamentos

- Reunião extraordinária da Mesa Setorial da AGEFIS, com a presença do Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, será agendada, e a data será comunicada pela Secretaria Executiva.